



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2011.0000284256

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0000994-96.2011.8.26.0081, da Comarca de Adamantina, em que é apelante LEANDRO RODRIGO TALARICO (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelados MAIRA CRISTINA MAZZO DE OLIVEIRA, HEITOR MAZZO DE OLIVEIRA e DENNY ANDREW DE ABREU.

ACORDAM, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Rejeitada a preliminar, negaram provimento, nos termos que constarão do acórdão. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ARMANDO TOLEDO (Presidente sem voto), FRANCISCO CASCONI E PAULO AYROSA.

São Paulo, 22 de novembro de 2011.

ADILSON DE ARAUJO
RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

2

Apelação com Revisão nº 0000994-96.2011.8.26.0081

Comarca : Adamantina - 3ª Vara Cível

Juiz (a) : Ruth Duarte Menegatti

Apelante : LEANDRO RODRIGO TALARICO (réu)

**Apelados : MAÍRA CRISTINA MAZZO DE OLIVEIRA,
HEITOR MAZZO DE OLIVEIRA (representado por sua
genitora) e DENNY ANDREW DE ABREU (autores)**

Voto nº 11.275

**APELAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO
INDENIZATÓRIA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.
SOBRESTAMENTO DO PROCESSO. ALEGAÇÃO DE
JULGAMENTOS CONFLITANTES NAS INSTÂNCIAS
CIVIL E PENAL. DESNECESSIDADE. PRELIMINAR
AFASTADA. RECURSO IMPROVIDO.** *Sendo indubitosa
a existência do fato delituoso, bem como a sua autoria,
não há motivo para o sobrestamento do processo civil.
Além disso, no presente caso, já há decisão condenatória
proferida na esfera criminal, inclusive confirmada por este
Tribunal de Justiça em grau de recurso.*

**APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE
AUTOMOBILÍSTICO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA.
ALEGAÇÃO AFASTADA. PROVA PERICIAL
CONCLUSIVA E SEGURA, CORROBORADA PELA
PROVA EMPRESTADA DO PROCESSO CRIMINAL.
RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÉU CONFIGURADA.
DANOS MATERIAIS E MORAL. RECONHECIMENTO.
SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.**

*1.- A prova pericial produzida pelo Instituto de
Criminalística inferiu que o réu, ao ingressar com o seu
veículo na faixa de contrafluxo, interceptou a trajetória do
carro da vítima, dando causa ao evento danoso.
Respectiva prova técnica foi avaliada, examinada e
confrontada por outros elementos probatórios colhidos no
Juízo criminal, onde a formação da culpa do réu restou
caracterizada também pelas declarações do ofendido
sobrevivente colhidas perante o Magistrado. Dessa
forma, a prova emprestada do processo criminal ofereceu
convencimento inabalável para o julgamento do recurso
cível quanto a responsabilização do réu na causação do
trágico acidente.*

*2.- Os prejuízos materiais foram cabalmente
comprovados. O pensionamento fixado para o filho menor
de idade e a esposa da vítima está amparado pelo limite
temporal construído pela melhor orientação
jurisprudencial. A indenização por dano moral, por sua
vez, para aliviar o sentimento de angústia, sofrimento e*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

3

perda irreparável, atendeu os princípios da proporcionalidade e razoabilidade de forma a assegurar a justa reparação.

MAÍRA CRISTINA MAZZO DE OLIVEIRA, HEITOR MAZZO DE OLIVEIRA (representado por sua genitora) e **DENNY ANDREW DE ABREU** ajuizaram ação de indenização em face de **LEANDRO RODRIGO TALARICO**.

Na r.sentença proferida, julgou-se parcialmente procedente o pedido para: **a.)** – em favor dos requerentes **Maíra e Heitor**, condenar o réu ao pagamento de R\$ 10.829,40, com juros legais e correção monetária a contar da citação (dano material); e ao pagamento do importe de 100 salários-mínimos para cada autor, com correção monetária a contar da presente data e juros de mora a partir da citação (dano moral); ao pagamento de pensão mensal de 2/3 de dois salários-mínimos, cujo montante a ser pago pelo filho perdure até que complete 25 anos de idade e que o valor devido à esposa persista até a data em que a vítima completaria 65 anos de idade, reconhecido o direito de crescer; o termo inicial da pensão será a data do acidente, sofrendo correções com base no salário-mínimo; os valores em atraso serão pagos acrescidos de juros de mora de 1% ao mês descontados os valores da tutela; **b.)** – em favor do requerente **Denny**; condenar o réu a pagar a indenização por dano material no valor de R\$ 3.721,33, com juros legais e com correção monetária a contar do desembolso; ao pagamento de dano moral no importe de 50 salários-mínimos com correção monetária a contar da presente data e juros de mora a partir da citação. Diante da sucumbência, o requerido arcará com o pagamento das custas, despesas processuais e verba honorária arbitrada em 10% do valor total da condenação, nos termos do art. 21 do CPC (fls. 405/416).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

4

Inconformado, o réu sucumbente apelou. Preliminarmente, pediu a suspensão do processo, nos termos do art. 265, IV, c.c. art. 110, ambos do CPC; no mérito, alegou, em síntese, que a vasta documentação juntada no processo-crime não conduz a um juízo de certeza sobre a responsabilidade exclusiva pelo acidente; disse que há contradição em relação às provas oral e técnica; insistiu na argumentação de que não ficou provada sua culpa na esfera criminal ainda em discussão; pediu a redução do valor do dano moral, uma vez que não tem condições de suportar a quantia arbitrada; quanto ao dano material, aduziu a fragilidade da documentação juntada; pelas mesmas razões econômicas, requereu a redução da pensão mensal (fls. 439/472).

Recebido o recurso no efeito devolutivo, a parte contrária ofereceu resposta pedindo a aplicação das penas da litigância de má-fé (fls. 473 e 477/481).

A Procuradoria de Justiça opinou pelo desprovimento da apelação (fls. 498/501).

É o relatório.

1.- Da preliminar

Pretende o apelante a suspensão da presente ação indenizatória para aguardar o desfecho do processo-crime. Invoca a pretensão com fundamento no art. 265, IV, c.c. art. 110, ambos do CPC.

Não há razão para o acolhimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

5

Como bem advertiu o douto Procurador de Justiça oficiante “... **já ocorreu o julgamento do recurso interposto pelo apelante contra a sentença criminal condenatória, a qual restou integralmente confirmada por esse Egrégio Tribunal de Justiça.** Insta acrescentar que, ainda que seja possível tecnicamente a interposição de novo recurso, tratando-se de matéria exclusivamente de fato, não há mais como perquirir acerca da culpa exclusiva do apelante no acidente que causou a morte de Clóvis Lopes de Oliveira e lesões corporais no coautor Denny Andrew de Abreu, evidente diante da perícia do Instituto de Criminalística (fls. 135/153) e do julgamento em duas instâncias criminais que a reconheceram” (fls. 499, grifo em negrito meu).

De outro lado, é cediço que a ação indenizatória, em face do princípio da independência das instâncias civil e penal, pode ser ajuizada independentemente do ajuizamento da ação penal, ou mesmo no seu curso.

Importa dizer que a vítima do ato ilícito ou seus herdeiros não precisam aguardar a decisão no crime para pleitear a reparação do dano. O Código de Processo Penal é expresso a esse respeito em seu art. 64:

“A ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime e, se for caso, contra o responsável civil”.

Excepcionalmente, **a lei faculta** (e não obriga) o sobrestamento da ação civil para aguardar o julgamento da ação penal (art. 64, parágrafo único, do CPP).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

6

Isso só pode ser feito, todavia, nos casos e forma previstos no Código de Processo Civil, cujo art. 110 dispõe que o sobrestamento do processo civil é admissível quando o conhecimento da lide depender necessariamente da verificação da existência de fato delituoso, isto é, constituir-se em autêntica questão prejudicial.

Não é o caso dos autos.

Conclui-se, desses dispositivos de ritos, que a ação indenizatória não deve ser sobrestada quando não existir dúvida quanto à existência do fato delituoso, nem quando inexistir possibilidade de decisões conflitantes.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça (STJ):

“A responsabilidade civil, nos termos do art. 1.525 do Código Civil, independe da criminal, pelo que, em princípio, não se justifica a suspensão da ação indenizatória até o desfecho definitivo da esfera criminal. O juiz não tem obrigatoriedade de determinar ou não a suspensão da ação civil, salvo, no entanto, se presentes as circunstâncias especiais, como, por exemplo, a possibilidade de decisões contraditórias, ou quando se nega, no juízo criminal, a existência do fato ou a autoria, que no caso não estão presentes” (4ª T., REsp 216.657-SP, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA).

“RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - ATROPELAMENTO COM MORTE - REPARAÇÃO DE DANOS - PRESCRIÇÃO TRIENAL - INCIDÊNCIA DO ART. 206, §3º, V, DO CÓDIGO CIVIL - REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL - APLICAÇÃO - ARTIGO 200 DO CÓDIGO CIVIL - INAPLICABILIDADE - QUESTÃO PREJUDICIAL - INEXISTÊNCIA - PRÉVIA DISCUSSÃO NO JUÍZO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

7

CIVIL DA QUESTÃO SUBJACENTE -
DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - AUSÊNCIA
DE FUNDAMENTAÇÃO - INCIDÊNCIA DA
SÚMULA 284/STF - RECURSO ESPECIAL
IMPROVIDO.

I - É de se aplicar a prescrição trienal prevista no artigo 206, §3º, inciso V, do Código Civil de 2002, isso porque, conforme assentou a jurisprudência desta Corte Superior, se não houver o transcurso de mais de metade do prazo prescricional da lei anterior, impõe-se a incidência das disposições do Novo Código Civil. Ocorrência, na espécie.

II - O falecimento do irmão do ora recorrente ocorreu em 16 de junho de 2000 e a presente ação foi distribuída em junho de 2007. Assim, o início da contagem do prazo trienal ocorreu a partir da entrada em vigor do Código Civil de 2002, vale dizer, 11 de janeiro de 2003 e a prescrição da presente ação operou-se em 11/01/2006.

III - A eventual apuração no âmbito criminal do fato que ensejou o falecimento do irmão do ora recorrente, no caso um atropelamento em via pública, não era questão prejudicial ao ingresso de pedido reparatório na esfera civil. Ademais, uma vez afastada a discussão acerca da culpabilidade pelo fato ou, pelo contrário, no caso de sua admissão, tal circunstância não retira o fundamento da reparação civil. Dessa forma, há, na espécie, evidente independência entre as Instâncias civil e criminal, afastando-se, por conseguinte, a possibilidade da existência de decisões conflitantes, bem como a incidência do art. 200 do Código Civil.

IV - A ausência de qualquer fundamentação relativa ao alegado dissenso jurisprudencial impõe, para a hipótese, a incidência da Súmula 284/STF.

V – Recurso especial improvido” (Resp nº 1.131.125-RJ, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, Dje 18/5/2011, grifo em negrito meu).

2.- Mérito recursal

2.1.-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

8

Sem embargo de outras questões arguidas nas razões de apelação, o tema recorrente enfatizado pelo apelante diz respeito à ausência de formação da culpa na esfera criminal.

Examinados os elementos constantes dos autos, verifica-se que na apuração no âmbito penal do fato que ensejou o falecimento da vítima (Clóvis) e as lesões corporais provocada em (Denny) provenientes do acidente automobilístico, o julgamento do recurso interposto pelo apelante (Leandro) contra a sentença criminal condenatória restou integralmente confirmado pelo aresto proferido pela Colenda 9ª Câmara de Direito Criminal desta Corte, da lavra do Eminentíssimo Rel. Des. ALCEU PENTEADO NAVARRO, com a seguinte ementa:

“Crimes de trânsito (arts. 302, caput, e 303, caput, ambos da Lei nº 9.503/97). Delitos caracterizados. Materialidade incontestada. Negativa do acusado afastada pela prova oral e pericial coligida aos autos. Colisão frontal. Réu que invade a contramão de direção. Ultrapassagem em local proibido. Inobservância das regras previstas nos arts. 29, inc. X, alínea “c”, e 203, inc. I, do Código de Trânsito Brasileiro. Imprudência caracterizada. Precedentes do STJ e do extinto TACRIM. Condenação e penas bem impostas. Recurso não provido” (Apelação nº 0001415-57.2009.8.26.0081, j. em 28/7/2011, cfr. site tjsp.jus.br).

A par dessa decisão, claro que a possibilidade de interposição de recurso na instância extraordinária é admitida. Todavia, se a matéria arguida envolver a apreciação de fatos e conteúdo probatório, nos termos da Súmula nº 7 do STJ, o revolvimento desse material encontra-se vedado no âmbito do Recurso Especial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

9

São inúmeros os precedentes a respeito do assunto, mas para elucidar a abordagem, transcreve-se o julgado com enfoque no referido enunciado:

“CRIMINAL. RESP. CRIME DE RESPONSABILIDADE. DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS. PREFEITO MUNICIPAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. INAPLICABILIDADE. DOLO. EXISTÊNCIA. VERIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAMENTE VALORADAS. EXASPERAÇÃO MOTIVADA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

I. Não se conhece do recurso especial relativamente à argumentação no sentido da atipicidade da conduta do recorrente, se a análise das alegações no sentido de que as despesas efetuadas teriam se dado em pagamento a um serviço prestado à comunidade dependem do revolvimento de todo o acervo fático-probatório dos autos, especialmente se a conduta do recorrente se subsume ao tipo penal.

II. Aplicação da Súmula 07/STJ relativamente ao pleito de aplicação do princípio do in dubio pro reo, na medida em que o Juízo monocrático, após análise detida de fatos e provas, entendeu no sentido da condenação do réu.

III. Questionamentos concernentes à ausência ou não de dolo na conduta do agente, evidenciam verdadeiro intuito de reapreciação do material cognitivo dos autos, o que é inviável nesta sede, em respeito ao enunciado na Súmula 07/STJ.

IV. Não há ilegalidade na dosimetria se a majoração da pena-base se deu de maneira devidamente fundamentada, com base na valoração negativa das circunstâncias judiciais.

V. Havendo suficiente fundamentação quanto às circunstâncias que levaram à exasperação da reprimenda, mantém-se a dosimetria aplicada na condenação, tornando-se descabida a análise mais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

10

acurada dos motivos utilizados para tanto, o que ensejaria a reapreciação de matéria fático-probatória, inviável na via especial, diante do óbice da Súmula 07 desta Corte.

VI. Deve ser afastada a aplicação do princípio da insignificância, não obstante a pequena quantia desviada, diante da própria condição de Prefeito do réu, de quem se exige um comportamento adequado, isto é, dentro do que a sociedade considera correto, do ponto de vista ético e moral.

VII. Recurso parcialmente conhecido e desprovido” (REsp nº 769.317 AL, 5ª T. Rel. Min. GILSON DIPP, j. em 7/3/2006, DJ. em 27/3/2006, grifo em negrito meu)

Ainda que assim não fosse, o
inconformismo do apelante não prospera.

A respeito de como ocorreram os
fatos, resta-nos valorar a prova pericial em harmonia com outros
elementos para vislumbrar a inequívoca culpa do réu pelo evento
danoso.

Necessário faz-se o destaque de que
a prova pericial importada assume o caráter de prova documental no
processo para o qual restou trasladada (3ª T. Resp. 683187-RJ, Rel.
Min. NANCY ANDRIGHI, 8.11.05, DJU 15.5.06, p. 203).

O laudo emitido pelo Instituto de
Criminalística apontou:

“(...) do que foi dado a observar no local, nos danos
e no ponto de imobilização dos veículos, os peritos
inferem que o acidente ocorreu da seguinte forma.

a- trafegava o veículo Versailles pela SP 294, no
sentido Pacaembu/Flórida, na sua correta mão de
direção, quando na altura do Km 606+100m, teve a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

11

sua dianteira e terço anterior do flanco esquerdo colidido contra a dianteira do veículo Vectra que trafegava em sentido oposto e ocupava a faixa de contra fluxo;

b- Após a colisão, o veículo Versailles derivou bruscamente para a direita, atritando a sua roda contra a pavimentação, conforme demonstram as fotos anexas, efetuando giro anti-horário e sendo encontrado imobilizado na posição assumida nas fotos e croqui em anexo;

c- O veículo Vectra efetuou giro no sentido anti-horário, derivando da pista de contra fluxo para a sua faixa de rolamento, atritando uma parte metálica da sua estrutura metálica danificada contra a pavimentação, imobilizando-se no acostamento, na posição visualizada nas fotos e croqui em anexo;

Cumpre ressaltar que o local apresenta visibilidade para ambos os condutores, considerando-se os seus sentidos de marcha. Do observado e do exposto os peritos inferem que deu causa tecnicamente ao acidente o condutor do veículo Vectra, de placas BZN-3149/Marília/SP, por ingressar na faixa de contra fluxo em momento inoportuno, interceptando a livre trajetória do veículo Versailles, de placas BLH-1918/Dracena/SP (fls. 135/138, 139/152 e 153).

Nesse sentido, a douta Magistrada

bem observou:

“Apesar de o requerido sustentar que a vítima Clóvis Lopes de Oliveira foi culpada, dando causa ao aludido acidente de trânsito, o laudo pericial de acidente de trânsito concluiu, de forma contrária, que o requerido foi causador do acidente, por ingressar na contramão de direção. Destaco que os depoimentos das testemunhas colhidas no feito criminal, sob o crivo do contraditório, não foram esclarecedoras, nem confirmaram a tese do réu. Por isso, a prova pericial merece total acolhimento” (fls. 409/410)

Sendo assim, verifica-se que a prova pericial colhida na ação criminal não se revela imprestável ao caso ora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

12

em comento, sendo cabível admiti-la como segura, sobretudo, porque o apelante não ofereceu impugnação específica.

Nesse passo, vale ressaltar os fundamentos jurídicos do aresto criminal colacionado às fls. 505/511:

“No entanto, tal versão não encontra respaldo no cotejo com os demais elementos de convicção dos autos. O ofendido Denny Andrew de Abreu, na fase administrativa, disse que Clóvis dirigia normalmente seu automóvel, numa velocidade de 80 a 85 Km/h. Em dado momento, percebeu um clarão à sua frente (...). Em pretório, afirmou que o veículo conduzido pelo acusado trafegava pela contramão de direção. (...) Como se vê, a negativa de invasão da contramão de direção feita pelo réu na fase administrativa (fls. 29) acabou afastada pela perícia e pelas declarações do ofendido Denny Andrew” (fls. 47/vº, 228 e 507/507, grifo em negrito meu).

Constata-se, portanto, no caso sob análise, a presença dos elementos caracterizadores da responsabilidade civil, impondo-se o dever de indenizar aos autores.

2.2.-

Passa-se a analisar o valor arbitrado a título de danos materiais e moral.

Insurge-se o apelante no que diz respeito à fragilidade dos documentos juntados a comprovar os prejuízos suportados pelos apelados. Diferentemente dessa assertiva, os danos materiais foram rigorosamente confirmados por elementos idôneos (fls. 204/209, 213/215, 216, 211/212 e 220/264).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

13

No tocante à pensão devida à esposa Maíra e ao filho Heitor, os fundamentos contidos na r.sentença aplicados para arbitrar tais indenizações mostram-se irreparáveis, por se encontrarem amparados pela melhor jurisprudência.

Quanto ao dano moral, melhor sorte não lhe socorre.

A dor sentimental, no caso em debate, tornou-se evidente não só pela repercussão dos danos experimentados por Denny, como também pela morte de Clóvis, chefe de família, cuja figura por irreparável perda, esposa e filho não podem mensurar tamanho sofrimento.

A concessão dessa reparação tem por escopo proporcionar ao lesado meios para aliviar sua angústia e sentimentos atingidos. No caso em tela, nas condições em que os fatos ocorreram, a indenização fixada levou em conta os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de forma a assegurar justa reparação sem modificar o julgado.

Por fim, o pedido deduzido em contrarrazões de imposição de penalidade por litigância de má-fé não tem como ser acolhido, já que o apelante se utilizou do instrumento jurídico-processual para a defesa de seus interesses.

Sendo assim, a argumentação apresentada na peça recursal não contém respaldo fático-probatório hábil para a reforma do julgado monocrático, que deve ser mantido, aliás, segundo o autorizado pelo art. 252 do Regimento Interno desta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

14

Corte.

3.- Voto

Posto isso, por meu voto, **afastada a preliminar arguida, nego provimento ao recurso** do réu.

ADILSON DE ARAUJO
Relator